

ADRIANA CRUZ

JUSTIÇA E CIDADANIA

■ e-mail: adrianaacruz@odianet.com.br ■ blog: www.odia.com.br/blog/justicaecidadania



■ **O MOMENTO CULTURAL**, do Tribunal de Contas do Estado, apresenta amanhã, às 12h30, a roda filosófica 'Ética e Política na Filosofia — Spinoza, parte 2'. O evento será no Espaço Cultural Humberto Braga, na Praça da República 54/56, Centro. Grátis.

RESPEITO AOS COFRES PÚBLICOS

ALERTA VERMELHO

O contrato de licitação na área de informática enviado pelo Instituto Vital Brazil ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) deixou os conselheiros de cabelo em pé. Por um ano de prestação de serviço, o valor chegaria a R\$ 5,4 milhões. Pois é, mas serviço similar contratado pelo Tribunal Superior Eleitoral e os ministérios públicos do Rio e do Rio Grande do Sul variaram de R\$ 319 mil a R\$ 500 mil, bem menos do que o instituto quer gastar. No voto sobre o caso, o conselheiro José Graciosa lembrou que as contratações não podem ser antieconômicas ou com custos tão destoantes. Agora, o TCE pediu ao Vital Brazil a readequação do projeto.

ALERTA VERMELHO 2

■ Aliás e a propósito: os conselheiros também estão ouriçados com a terceirização na área de Tecnologia da Informação. É que as empresas acabam tendo acesso a bancos de dados sigilosos, como os das polícias. Responsável pelo parecer sobre o relatório, o conselheiro Marco Antônio recomendou ao estado que retome as rédeas das informações.

ACERTO DE CONTAS

■ Dez réus — entre eles cinco fiscais da Prefeitura do Rio — começam a ser julgados na 19ª Vara Criminal, quinta-feira às 13h, por causa da explosão no restaurante Filé Carioca, em 2011. Se condenados, a pena pode chegar a 20 anos de prisão. Vinte e três testemunhas de acusação serão ouvidas. No acidente, quatro pessoas morreram, e 17 ficaram feridas.

DISPUTA PELA AMAERJ PROMETE SER ACIRRADA

■ Foi só o ex-presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral Luiz Zveiter anunciar aqui na coluna que estuda ser candidato à Associação dos Magistrados do Rio que pintou adversário: o desembargador Siro Darlan. Sem papas na língua, ele garante que não pode deixar um magistrado oriundo da advocacia ganhar o cargo.

COM A PALAVRA
AUREA SAMPAIO, PRESIDENTE DA AMATRA1

ESCRavidÃO EM PLENO SÉCULO 21

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é idosa. Aos 70 anos, é um símbolo de conquistas para o trabalhador. Para a presidenta da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), Aurea Sampaio, a legislação ainda é atual, e o maior problema é o cumprimento das decisões judiciais. Nos dias 23 e 24, a entidade promove o seminário 'Direitos humanos, magistratura e associativismo em evolução: comemoração aos 50 anos da Amatra1', no Tribunal Regional do Trabalho, Centro.

—A senhora acha que a CLT virou uma grande colcha de retalhos?

—As pessoas sempre falam isso. Mas a CLT ainda é o eixo da relação de trabalho, das garantias mínimas.

—A legislação precisa de reformulação?

—Impossível que a Lei acompanhe o tempo; para is-

so, há jurisprudência. O necessário é que a legislação seja cumprida, e os direitos trabalhistas, reconhecidos.

—Há muitos desrespeitos graves?

—Ainda existe trabalho escravo e infantil em pleno século 21. Milhões de pessoas também não têm carteira assinada e fazem horas extras sem receber. É preciso também que as decisões judiciais sejam cumpridas.

—Quais são as maiores dificuldades?

—Em muitos casos o empregador some ou não tem dinheiro para pagar. Se você for observar, o volume de decisões é grande, mas nem sempre elas são efetivadas, ou seja, o trabalhador recebe os seus direitos. Ainda temos carência de juizes, mas o tribunal tem feito concursos sistematicamente.

Coluna publicada todas as terças-feiras

RUMO AO CNJ

■ Os membros do Tribunal Regional Eleitoral decidiram lavar roupa suja a portas fechadas. Na sessão secreta de ontem, o corregedor Alexandre Mesquita avisou que vai acionar a presidenta Letícia Sardas no Conselho Nacional de Justiça porque ela não aceita dar satisfações sobre as nomeações de juizes. Lacônica, Sardas desejou-lhe boa sorte.

ALÔ, GOVERNADOR!

■ A reclamação sobre ausência de presos para audiências na Justiça é geral. Agora, a juíza da 2ª Vara Criminal de Caxias, Daniela Assumpção, apelou ao governador Sérgio Cabral. Mesmo de prazo em processo pode resultar na liberdade do acusado. Mas sem preso não há julgamento. É grave a crise! E aí, Secretaria de Administração Penitenciária?!

VOCÊ SABIA?

■ Hoje, das 18h30 às 20h30, na sala de cinema do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), será realizada a mesa-redonda 'Direito de Transição: Anistia — Memória — Comissão da Verdade'. O evento é uma parceria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do CCJF, coordenado pela juíza federal Maria do Carmo Ribeiro. As inscrições, gratuitas, serão feitas no local.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Ministério da Previdência Social
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

GERÊNCIA-EXECUTIVA DE PETRÓPOLIS/RJ
EDITAL DE RECURSO

Considerando a devolução pelos Correios da carta com o AR (Aviso de Recebimento), sem ciência em 15/04/2013, referente ao Ofício de Recurso nº 17.024.050/148/2013, de 07/01/2013, encaminhado pelo INSS ao endereço constante no Cadastro Único de Benefícios, e em cumprimento ao disposto no art. 305 do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto 3.048, de 06/05/1999, facultamos ao interessado abaixo mencionado, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste edital, para recorrer sobre a cobrança dos valores recebidos indevidamente, referente à acumulação indevida. Fica também assegurado vistas ao processo relativo ao assunto comunicado, na Agência da Previdência Social onde é mantido o benefício.

Nome: CLÁUDIO AMADO QUINTANILHA
Esp: 31
NB: 534.501.586-0 — DIB: 23/02/2009 e DCB: 30/09/2010
Vínculo Empregatício: MARMORARIA PEDRA AZUL DE TERESÓPOLIS LTDA
CNPJ: 01.267.759/0001-06

APSTERESÓPOLIS
RUA: MONTE LIBANO, 158 — VÁRZEA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Ministério da Previdência Social
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

GERÊNCIA EXECUTIVA EM PETRÓPOLIS/RJ
EDITAL DE COBRANÇA

Considerando a devolução pelos Correios do Ofício de Cobrança encaminhado pelo INSS ao endereço constante no Cadastro do Sistema Único de Benefícios, devido a não localização do beneficiário e, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei 10.666, de 08/05/2003 e ao art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3048, de 06/05/1999, facultamos ao interessado abaixo relacionado o prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação deste edital, para se manifestar sobre o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos indevidamente, bem como vistas ao dossiê de cobrança na Agência da Previdência Social Nova Friburgo-RJ - Rua Galeano das Neves, 08- Nova Friburgo-RJ, onde era mantido o benefício. Alertamos que o não ressarcimento dos valores será objeto de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial, com possibilidade de inclusão do nome do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

Nome do Segurado/Beneficiário	Nº do Benefício
ROSANGELA THURLER MACEDO	21/074.122.443-7

MARINHA DO BRASIL
HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS
DIVISÃO DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PROCESSO: Pregão Eletrônico 65720/010/2012; OBJETO: Aquisição de material de limpeza; EDITAL: Poderá ser obtido no site www.comprasnet.gov.br; REABERTURA: A Sessão Pública na Internet para a etapa de lances ocorrerá no site www.comprasnet.gov.br, no dia 27/05/2013, às 09:00 horas.
PEDRO PAULO PAES DOS SANTOS
Capitão-de-Fragata (T)
Pregoeiro